



Índice

- 01** Jogos Indígenas PE
- 02** Lideranças indígenas dizem que confronto em Iraí começou após agressão policial
- 03** Indígenas protestam em frente a Caixa Econômica Federal
- 04** Evento discute educação indígena em Caruaru
- 05** Indígenas residentes no Acúpe de Baixo I e II são incluídos no bolsa família
- 06** Projeto garante isenção de ITR para comunidades quilombolas
- 07** MPF recomenda suspensão imediata de atividades da EPE no rio Trombetas
- 08** Cultura quilombola é destaque em feira de artesanos
- 09** Comunidades quilombolas esperam há mais de 10 anos pela titulação de territórios no Oeste do Pará
- 10** Incra publica relatório que define área da comunidade quilombola de Rio dos Macacos (BA)
- 11** Portaria institui Comitê Estadual de Educação Quilombola
- 12** #EducaçãoemDireitos: ADPETO lança projeto em comunidades quilombola
- 13** Tribunal nega recurso da Norte Energia e confirma prazo de 90 dias para novos estudos de Belo Monte
- 14** Conselho Continental da Nação Guarani se fortalece na coletividade e organização



tradicional dos povos indígenas

- 15** Indígenas realizam protesto em Tefé contra atendimento precário à saúde
- 16** Nota da COIAB sobre saúde indígena
- 17** Ibama concede licença de instalação para a Usina Hidrelétrica São Manoel
- 18** Líder Ashaninka diz que novo grupo de índios isolados apareceu em aldeia do Acre
- 19** Na real: Índios do Xinane foram vacinados, mas continuam sob risco de contrair doenças
- 20** Cacique que lutou pela criação do Parque do Xingu morre no HUB
- 21** Entrevista: "Eles fazem parte da minha família Jaminawa"
- 22** Gestão incompetente e distritos sanitários sucateados: o descontrole social da saúde indígena no Brasil
- 23** Marina e vice divergem sobre terra indígena e outros temas
- 24** Indígenas não correm risco de morte
- 25** Conselho Continental da Nação Guarani se fortalece na coletividade e organização tradicional dos povos indígenas
- 26** Prefeitura leva serviços de limpeza e iluminação à comunidade indígena Vista Alegre
- 27** Doença não identificada limita acesso à aldeia indígena no sudeste do PA
- 28** Indígenas denunciam desmatamento e queimadas em aldeias cearenses
- 29** Dissertação traça perfil demográfico dos povos indígenas de MT
- 30** Raul Carrion assegura reserva de vagas para negros e indígenas na UERGS



Jogos Indígenas PE

SÍTIO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES/ PE, 25.08.2014

Terminou a terceira edição dos Jogos Indígenas de Pernambuco na manhã do último domingo (24), na cidade de Pesqueira. A etnia sertaneja de Jatobá, Entre Serras, venceu a tribo agrestina do município de Pesqueira, Xucuru, de 4x1, tornando-se bicampeã do futsal masculino.

No futsal feminino, na final realizada na noite de sábado (23), a tribo Pankararu, também de Jatobá, goleou a Kambiwá, de Floresta, por 4x0. Aquela mesma equipe que perdeu para as meninas quilombolas nos Jogos Escolares de Pernambuco, é agora tricampeã do futsal feminino dos Jogos Indígenas.

Já o futebol masculino só teve a decisão nos pênaltis. Depois de uma partida difícil, onde ninguém acertava a rede, o povo Kambiwá, de Floresta, no Sertão do Estado, venceu com de 4x3 o Atikum, de Belém do São Francisco, lá do Alto Sertão. Vitória apertada que garantiu o título. Atikum ficou com a prata e Pankararu com o bronze, nessa modalidade.

Os Jogos Indígenas de Pernambuco são realizados pela Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco.



Lideranças indígenas dizem que confronto em Iraí começou após agressão policial
SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 25.08.2014

BM promete averiguar circunstâncias dos disparos em até 40 dias

A versão dos indígenas para o conflito com a Brigada Militar (BM) de Iraí, no Norte gaúcho, difere da relatada pelas fontes oficiais até o momento. Segundo o cacique Zaqueu Kaingang, presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Grande do Sul, a confusão começou após uma agressão por parte dos policiais.

Conforme o relato do cacique, que acompanhou os desdobramentos do caso, um veículo de indígenas, com IPVA atrasado, foi abordado em uma avenida de Iraí. Segundo Zaqueu, quando a mulher do indígena tentou argumentar com os brigadianos, um dos policiais agrediu a indígena. Com isso, segundo Zaqueu, o kaingang Valter dos Santos tentou defender a mulher e sofreu cinco tiros em sequência por parte dos PMs.

“Os indígenas reclamam de alguns brigadianos que estão destacados em Iraí. Os brancos quando passam com seus veículos dirigindo, passam sem cinto de segurança. E quando o indígena passa é abordado e não é tratado respeitosamente, é agredido verbalmente”, disse o cacique, apontando como cotidiano o mau trato dos servidores públicos com os integrantes da tribo local.

Segundo o capitão da aldeia, o indígena Celso Jacinto, o conflito se agravou quando os indígenas tentaram registrar, sem sucesso, uma ocorrência. Os brigadianos, segundo esse relato, fecharam a porta para não atender os indígenas.

“Tinha dois brigadianos, não quiseram atender, fecharam a porta, e com a situação que eles presenciaram, eles não queriam deixar assim. [Mas] ninguém sofreu agressão”, garantiu Celso, afirmando que, ao fim, a ocorrência foi registrada.

Segundo a Brigada Militar, o condutor e os passageiros supostamente resistiram à tentativa de apreensão do carro e, na sequência, um grupo de indígenas se dirigiu ao local, gerando confusão e os disparos que acertaram dois moradores da reserva.

Um inquérito policial militar foi instaurado nesse sábado para apurar as circunstâncias em que indígenas foram baleados e também o sequestro de dois policiais, o que ocorreu na sequência. A investigação deve ser concluída em 40 dias e os policiais militares envolvidos estão temporariamente afastados.

Segundo o major Alexandre Moreira Pereira, comandante do 37º Batalhão de Polícia Militar (BPM), de Frederico Westphalen, que responde pela Brigada Militar de Iraí, depois da confusão

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 149 / 2014

Brasília, 26 de agosto de 2014.

na avenida, mais de 20 indígenas se deslocaram até o pelotão e capturaram dois soldados, que não ofereceram resistência, além da viatura, três pistolas e uma carabina. Os policiais foram levados à reserva indígena de Iraí e liberados cerca de duas horas depois.

O major explica que, depois de uma conversa com o cacique, a viatura e as armas foram devolvidas ainda na noite desse sábado. Dos dois índios baleados, apenas um permanece no Hospital de Caridade de Erechim.



Indígenas protestam em frente a Caixa Econômica Federal

SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 25.08.2018

Cerca de 400 índios fazem um protesto em frente a Agência da Caixa Econômica Federal da Rua General Neto, próximo ao Parque da Gare. O grupo chegou por volta das 9h de manhã e está montando acampamento. Os indígenas cobram a construção de 840 moradias nas reservas de Nonai e dos municípios de Redentora e Tenente Portela.

Os líderes dos manifestantes aguardam ser recebidos por algum representante da Caixa. Segundo eles, o grupo pretende ficar no local por pelo menos uma semana.



Evento discute educação indígena em Caruaru

SÍTIO LEIA JÁ, 25.08.2014

Mostra dos povos indígenas é promovida pela UFPE

Entre os dias 16 a 18 de setembro, será realizada em Caruaru, no Agreste de Pernambuco, uma Mostra dos Povos Indígenas do Estado. O evento é aberto ao público e promovido pelo Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e discutirá o acesso à educação, das 18h30 às 22h30, no auditório da instituição.

Na programação da Mostra estão duas mesas redondas com os temas "Desafios para os estudantes indígenas na UFPE: Da luta pela permanência à luta pela Licenciatura Permanente/Faculdade Intercultural Indígena (FAIND/UFPE)" e "Panorama dos Povos Indígenas de Pernambuco". As apresentações serão realizadas pelos Povos: Pipipã, Kapinawá, Pankararu, Atikum, Entre Serras e Kambiwá, Pankawuká, Fulni-ô, Pankará, Truká, Xucuru e Tuxá.



Indígenas residentes no Acuípe de Baixo I e II são incluídos no bolsa família
SÍTIO FOLHA DA PRAIA, 25.08.2014

A secretaria de Desenvolvimento Social de Ilhéus (SDS) realiza nestas segunda e terça-feira, dias 25 e 26, o cadastramento dos indígenas residentes nas comunidades de Acuípe de Baixo I e II no Bolsa Família.

O trabalho foi iniciado nos distritos e povoados no município neste mês de agosto, com objetivo de contemplar essa parcela da população no programa do governo Federal, possibilitando o acesso aos demais benefícios sociais promovidos pelo Cadastro Único (Cadúnico).

Já foram inseridas no sistema cerca de 400 famílias das localidades de Vila Santana, Sapucaeira, Serra Negra, Acuípe do Meio II, Acuípe de Cima, Campo de São Pedro, Tucum, Parque de Olivença, Acuípe do Meio I e do distrito de Pimenteira.

Segundo o cronograma da SDS, na quarta-feira, dia 27/8, as equipes do programa vão atuar nas comunidades de Mamão e Cajueiro e, na quinta-feira (28), o atendimento será em Maruim. Em Setembro, o cadastramento continua a partir do dia 1º, em Itapoan, e no dia 2/9, em Águas de Olivença, pela manhã, e na Tabá Jairi, à tarde.

A comunidade de Gravatá receberá os agentes no dia 3/9; já no dia 4/9 será a vez de Pindoba e nos dias 8 e 9/9 a população de Olivença poderá participar do mutirão.

Conforme estimativas da secretaria, deverão ser cadastradas mais de duas mil famílias indígenas que vivem nos distritos e povoados do Ilhéus.



Projeto garante isenção de ITR para comunidades quilombolas

SÍTIO GTMWEB, 25.08.2014

Áreas ocupadas por quilombolas podem ficar isentas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). É o que propõe o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/2014. Ele argumenta que embora esse direito esteja implícito na Constituição, não é reconhecido pelo poder público, que tem cobrado “valores milionários” das comunidades quilombolas.

“Diferentemente das áreas indígenas, consideradas como patrimônio da União e, portanto, imunes à incidência de tributos sobre a propriedade, as áreas quilombolas são registradas em títulos imobiliários, emitidos em nome de associações formadas pelas próprias comunidades”, explica Randolfe.

Como exemplo, o senador citou o caso das comunidades de Oriximiná e Abaetetuba, no Pará, que estão sendo cobradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A comunidade de Abaetetuba chegou a obter decisão em seu favor, mas a liminar foi cassada por razões processuais. O valor atualizado da dívida é estimado em mais de R\$ 15 milhões.

O senador também citou estudo do procurador federal Celso de Albuquerque Silva. Ele entende que a imunidade sobre esse imposto está implícita na Constituição, amparada pelos princípios da justiça social, do respeito e promoção da dignidade da pessoa humana e do pluralismo étnico-cultural. O estudo também cita a incapacidade contributiva das comunidades quilombolas.

O projeto está na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde tem como relator o senador Waldemir Moka (PMDB-MS). Depois, ainda terá que passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que decidirá terminativamente. Isso significa que, se não houver recurso para a análise em Plenário, valerá a decisão da comissão e o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado;



MPF recomenda suspensão imediata de atividades da EPE no rio Trombetas

SÍTIO PR/PA, 25.08.2014

Empresa de Pesquisa Energética iniciou procedimentos para instalação de usinas hidrelétricas sem consulta prévia às comunidades quilombolas e ribeirinhas

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Pará (MP-PA) recomendaram a suspensão de qualquer licença ou autorização para a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) realizar estudos para hidrelétricas na bacia do rio Trombetas (noroeste do Pará). A recomendação foi enviada para a Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Sema), para que suspenda imediatamente a autorização 2329/2013, que concedeu à EPE.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes (ICMBio) também receberam a recomendação para se absterem de emitir qualquer autorização futura. Para realizar pesquisas, as autoridades devem antes cumprir a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e realizar consultas efetivamente prévias com as comunidades.

No último dia 20 de agosto, técnicos a serviço da EPE convidaram apenas uma das várias comunidades quilombolas que vivem no rio para uma reunião sobre o inventário hidrelétrico do Trombetas. A comunidade de Cachoeira Porteira comunicou a situação ao MPF, que enviou representante à reunião. A EPE apresentou à comunidade um cronograma para construção de uma hidrelétrica no Trombetas até 2021. Após a apresentação, o MPF entregou a recomendação para suspender os trabalhos, assinada também pelo MP-PA.

A EPE e a IGPlan (empresa subcontratada para realizar os estudos de inventário) retiraram suas equipes de estudos imediatamente após a reunião realizada no dia 20 de agosto, quando receberam a recomendação do MPF/PA.

O trabalho da EPE na região atinge, além das comunidades quilombolas em processo de titulação, povos indígenas e unidades de conservação. MPF e MP-PA alertaram as autoridades ambientais que nenhum estudo pode ser realizado na região sem a consulta prévia a todas as comunidades afetadas, de acordo com o artigo 6º da Convenção 169 da OIT. Sema, Ibama e ICMBio têm 30 dias para responder a recomendação.

O MPF já tinha recomendado, no ano passado, a suspensão de todas as licenças e autorizações para pesquisas minerárias na região do Trombetas, objetivando o cumprimento da Convenção 169. A Sema, Ibama e Icmbio atenderam essa recomendação de 2013.

Veja o que diz o artigo 6º da Convenção 169:

"1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 149 / 2014

Brasília, 26 de agosto de 2014.

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;

c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim;

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas."

Recomendação sobre pesquisas para hidrelétricas no Trombetas

http://www.prpa.mpf.mp.br/institucional/prpa/recomendacoes/2014/recomendacao_consulta-UHE-Cachoeira_Porteira.pdf

Recomendação sobre pesquisas minerárias no Trombetas (já atendida)

http://www.prpa.mpf.mp.br/institucional/prpa/recomendacoes/2013/Recomendacao_MPF_MP-PA_suspensao_licencas_consulta_previa_mineracao_Calha_Norte_PA.pdf

Ministério Público Federal no Pará

Assessoria de Comunicação

Fones: (91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708

ascom@prpa.mpf.gov.br

<http://www.prpa.mpf.mp.br>

http://twitter.com/MPF_PA



Cultura quilombola é destaque em feira de artesanos

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 25.08.2014

Com o tema "Artesanato Quilombola em nossa casa", Belém sedia até o dia 31 de agosto, no Hangar Centro de Convenções, um dos maiores eventos de artesanato: a Feira do Artesanato Mundial (FAM) e III Feira do Artesanato Paraense (Fesarte), que reúnem cerca de 600 artesãos de diversos países. A expectativa é que aproximadamente 80 mil pessoas visitem as feiras.

A programação cultural conta com oficinas gratuitas de artesanato, shows populares, apresentações culturais e desfiles. Também durante a feira haverá rodadas de negócios com a participação de 12 lojistas de vários estados brasileiros.

O evento conta ainda com uma feira gastronômica, que faz parte do projeto "Pará no Prato", organizado pelo Instituto Paulo Martins. Sete chefes irão preparar diversos pratos criativos envolvendo a culinária regional para degustação.

(DOL)



Comunidades quilombolas esperam há mais de 10 anos pela titulação de territórios no Oeste do Pará

SÍTIO TERRA DE DIREITOS, 25.08.2014

Tema fará parte da Audiência Pública sobre regularização fundiária e ambiental, que será realizada nos dias 26 e 27 de agosto, em Santarém/PA, com participação de comunidades e representantes do poder público.

A demora para a regularização de territórios quilombolas fragiliza a sobrevivência física, social, econômica e cultural de 12 comunidades em Santarém, Oeste do Pará. Alguns destes grupos de remanescentes quilombolas estão há mais de 10 anos com processo de titulação em andamento, mas seguem com a insegurança da permanência nos territórios, muitas vezes pressionadas por fazendeiros, madeireiros e grandes obras de infraestrutura. O tema fará parte da Audiência Pública sobre regularização fundiária e ambiental, que será realizada nos dias 26 e 27 de agosto, em Santarém/PA, com participação de comunidades e representantes do poder público. (Confira aqui a programação)

Apesar da intensa cobrança por parte das comunidades aos órgãos responsáveis pela regularização, não há sinais de avanço. Em junho deste ano, em reunião com a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) e com a Terra de Direitos, o INCRA alegou não ter recebido informações da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará – SPU acerca dos processos de titulação. A SPU não compareceu à Mesa Quilombola em julho, quando órgãos públicos e comunidades discutiram a situação da regularização.

Em resposta ao ofício enviado pela FOQS e Terra de Direitos em julho, com pedido de esclarecimentos, a SPU Brasília informou que os processos estão sob análise e posteriormente serão encaminhados ao INCRA. As entidades solicitam a máxima urgência na tramitação, para que seja garantida razoável duração do processo, iniciados, grande parte, há mais de uma década.

Portos – A construção de três portos na região do Maicá, em Santarém, voltados para o escoamento de grãos e insumos agrícolas, ameaça ainda mais a permanência de povos quilombolas em seus territórios. A região reúne nove bairros da cidade onde vivem comunidades tradicionais que se estabeleceram na área urbana após uma série de deslocamentos forçados pela ausência de políticas públicas. Hoje, em sua maioria, as famílias do Maicá sobrevivem da pesca.

Os moradores do quilombo Pérola do Maicá, comunidade certificada pela Fundação Palmares em 2007, pode ser afetada pelas obras. O processo de titulação da comunidade está em tramitação no INCRA desde 2006. Após oito anos em trâmite, o processo no Instituto está na primeira fase, que consiste na elaboração de estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Por se tratar de uma comunidade

CONT.



quilombola, a Pérola do Maicá deveria passar por Consulta Prévia sobre as obras dos portos, como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Porém, assim como em outras obras em andamento na região, o direito à Consulta não está sendo efetivado.

Pequenos agricultores com terras ameaçadas

O embate entre pequenos agricultores de 150 comunidades e o Grupo Jari, empresa de exploração de madeira nativa, exemplifica o contexto conflituoso no Oeste do Pará. Segundo dados do Ministério Público Federal, apresentados em audiência pública na Câmara dos Deputados em maio, existem 67 ações de reintegração de posse movidas pelo Grupo Jari contra agricultores. As ações estão interrompidas na Justiça após acordo entre o Ministério Público do Pará, a Ouvidoria Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Grupo Jari e a comunidade, mas há denúncias de que a empresa tem promovido desapropriações e expulsado agricultores de maneira ilegal.

Na prática, as mais de 15 mil das famílias que vivem na mesma área em que o Grupo Jari explora madeira sofrem restrições para utilizar recursos naturais para subsistência. A maioria das 15 comunidades foi constituída anteriormente à chegada da empresa na região, mesmo assim, tem o direito ao território violado. A extração ilegal de madeira e uso intensivo de agrotóxico nas plantações de eucaliptos também são apontados pelo Ministério Público como problemas para serem investigados e punidos.



Incrá publica relatório que define área da comunidade quilombola de Rio dos Macacos (BA)

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 25.08.2014

O Diário Oficial da União desta segunda-feira (25/8) traz a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade quilombola de Rio dos Macacos, localizada nos municípios de Simões Filho e Salvador, na Bahia. O trabalho técnico identificou o território em uma área de 301,3 hectares dos quais 104 serão destinados à regularização fundiária às 67 famílias remanescentes de quilombo da região.

A delimitação é fruto de decisão do governo federal, com base em um processo de discussão iniciado em 2012 e liderado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Ele envolveu, além de representantes da comunidade quilombola de Rio dos Macacos, os ministérios da Defesa, do Desenvolvimento Agrário, Marinha do Brasil, Advocacia-Geral da União (AGU), Conselho de Defesa Nacional, Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Incra, Fundação Cultural Palmares e governo do Estado da Bahia.

O desenho desta delimitação se deu pela necessidade de assegurar a regularização das terras quilombolas e também a manutenção de áreas necessárias à segurança nacional. A Marinha do Brasil mantém no local a Vila Naval e a barragem que abastece a Base Naval de Aratu uma das mais estratégicas bases do Brasil, em funcionamento desde a década de 1970.

Em maio deste ano, foi apresentada a quinta proposta à comunidade, que consistiu na oferta, pelo governo federal, de uma área de 86 hectares ao norte da barragem existente no local e de seis hectares ao sul da Vila Naval. O governo do Estado, por sua vez, concedeu uma área de 12 hectares contíguos ao terreno de propriedade da Marinha, na parte norte, totalizando, assim, 104 hectares.

No último dia 21 de agosto, durante reunião realizada com os entes públicos envolvidos com o processo, em Brasília (DF), houve a aprovação final do governo e definição da regularização fundiária do território da comunidade. O RTID foi aprovado no dia seguinte pelo Conselho Diretor do Incra conforme publicação no DOU.

Amparo Legal

A delimitação do território da comunidade quilombola Rio dos Macacos está amparada no artigo 11 do decreto 4.887/2003 e no artigo 16 da Instrução Normativa 57/2009. O normativo do Incra determina que quando houver incidência das terras identificadas e delimitadas pelo RTID sobre unidades de conservação constituídas, área de segurança nacional, faixa de fronteira e terra indígena, o órgão deverá, em conjunto com o Instituto Chico Mendes, o Conselho de Defesa Nacional ou a Funai, adotar as medidas cabíveis, visando garantir a sustentabilidade dessas comunidades, conciliando os interesses do Estado.

CONT.



Já o artigo 11 do decreto diz que após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência.

Remontagem histórica

O processo de regularização fundiária da comunidade quilombola Rio dos Macacos foi instaurado no Incra em 11 de outubro de 2011. Na época as famílias sofriam uma ação de despejo por determinação judicial. No mesmo ano foi constituída, na superintendência do Incra na Bahia, uma equipe multidisciplinar responsável pela confecção do RTID, que envolve um conjunto de documentos nos quais é abordada a história de formação e ocupação do território, considerando a ancestralidade, a tradição e a organização socioeconômica.

Elaboração do RTID

O relatório aponta que os quilombolas descendem de escravos de fazendas que produziam cana-de-açúcar para o Engenho de Aratu, no período colonial. Com a decadência do engenho e, como consequência, das fazendas, as famílias de descendentes desses escravos se fixaram no local.

Entre os anos 1950 e 1960, a Marinha recebeu a área como doação, construindo no local uma barragem e a Vila Militar. Em função disso, muitas famílias remanescentes acabaram deixando a região. Aquelas que resistiram compõem hoje a comunidade quilombola Rio dos Macacos.

A próxima etapa do processo de regularização é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações ao relatório, além da aprovação em definitivo desse documento, com a publicação da portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. Com isso, é possível demarcar a área. O processo culmina com a concessão do título de propriedade em nome da associação de moradores da comunidade, sem qualquer ônus financeiro para a mesma.

Com informações da Ascom/Incra



Portaria institui Comitê Estadual de Educação Quilombola

SÍTIO CEDEFES, 25.08.2014

Publicada no Diário Oficial desta sexta-feira (22), a Portaria nº 130-R, de 21 de agosto de 2014, institui o Comitê Estadual de Educação Quilombola no Espírito Santo. O comitê subsidiará a elaboração de políticas públicas para que seja efetivada a Educação Quilombola no Estado. A coordenação e a secretaria executiva serão exercidas pela Gerência de Educação do Campo da Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e a participação dos membros é considerada de relevante interesse público.

A instituição do Comitê de Educação Quilombola é resultado de um árduo trabalho dos educadores quilombolas junto ao governo, como explica Daniela Meirelles, técnica da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), que representará a instituição no comitê. Este é apenas o primeiro passo na busca de políticas públicas que possam estruturar e combater a precariedade educacional nos territórios quilombolas do Estado, como considera, já que, atualmente, as comunidades quilombolas vivem muitas vezes isoladas, em comunidades sem a estrutura básica de assistência social, inclusive sem escolas, em meio a governos que não se interessam em manter uma escola, muitas das quais foram fechadas nos últimos anos, ou as mínimas tradições nas comunidades quilombolas.

No Espírito Santo, os quilombolas sofrem há anos um processo de exclusão e repressão. Embora a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 68, garanta aos quilombolas a propriedade definitiva das terras que ocupam e a reprodução física e cultural de suas comunidades, afastados os constrangimentos e as ameaças, não é o que ocorre no País, nem no Estado, onde o conflito instalado principalmente pela Aracruz Celulose (Fibria) no território do antigo Sapê do Norte, formado pelos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, relegou a essas comunidades uma situação de miséria e profundas dificuldades de subsistência. Além dos extensos eucaliptais, o território quilombola no Estado também é ocupado por empresas de álcool e fazendeiros, principalmente da pecuária extensiva. Até hoje, os quilombolas não conseguiram reconquistar sequer um território no norte do Estado, embora processos de reconhecimento tenham sido iniciados.

A técnica da Fase também lembra da importância da instituição do Comitê com relação à Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. A criação de um comitê de referência e de escolas especificamente direcionadas aos núcleos quilombolas são meios de reconhecer o exemplo de luta e resistência desse povo, além de manter suas tradições e valorizar sua história. Como considera Daniela, as escolas do campo com educação quilombola precisam reconhecer e trabalhar a todo momento com suas tradições, manter professores quilombolas, evidenciar no material didático a própria cultura e história, além de valorizá-la no cotidiano dos professores e alunos. "A escola pode empregar as tradições quilombolas em pequenos detalhes, como na merenda escolar, baseada na alimentação do povo remanescente de quilombos que vive no Estado", exemplifica.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 149 / 2014

Brasília, 26 de agosto de 2014.

O comitê é composto pela Sedu, pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), por uma organização não-governamental de lideranças religiosas que discutem os povos quilombolas, representada pela Fase; pela Secretaria da Casa Civil, pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, pela Procuradoria da República no Estado, pela Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), e pelo Comitê Estadual de Educação do Campo (Comeces).

Fonte: Any Cometti, Século Diário



#EducaçãoemDireitos: ADPETO lança projeto em comunidades quilombola

SÍTIO ANADEP, 25.08.2014

Nesta semana, as comunidades quilombola Córrego Fundo, Malhadinha e Morro de São João vão receber, juntamente com as atividades da Defensoria Pública Quilombola, o Projeto Conhecer Direito. A iniciativa é idealizada pela ADPETO, em parceria com a Defensoria Pública do Tocantins e Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep).

Conhecer Direito é uma ação cultural que objetiva levar Educação em Direitos para crianças, adolescentes e comunidades quilombola do Tocantins, de maneira lúdica e divertida, em linguagem teatral. A ação contribui para a disseminação dos direitos dos cidadãos e ressalta o papel da Defensoria Pública para assegurá-los. O projeto faz parte da Campanha Nacional da Anadep, cujo objetivo é valorizar o trabalho do defensor público.

As atividades culturais acontecerão durante os atendimentos do Projeto Defensoria Quilombola, que foi idealizado pelo Núcleo de Ações Coletivas da Defensoria Pública – NAC, e pelo Núcleo da Defensoria Pública Agrária – DPAagra, com o objetivo de tutelar os direitos de todas as Comunidades tradicionais de origem Quilombola no âmbito do Estado do Tocantins. O objetivo deste projeto é garantir os direitos deste nicho da sociedade, adotando instrumentos extrajudiciais e judiciais imprescindíveis à dignidade da pessoa humana.

O ESPETÁCULO

O espetáculo foi criado pela equipe do Grupo de Teatro UM DOIS, em uma parceria com o Instituto de Desenvolvimento, Educação, Interação e Apoio (IDEIA).

A dinâmica deste trabalho consiste na realização de um mini espetáculo adaptado da história infantil Os Saltimbancos, que apresenta diversos problemas enfrentados pelos personagens e a maneira criativa que estes encontram para solucioná-los. As situações vividas na história contada se assemelham às enfrentadas diariamente pelas pessoas, como a falta de transporte público, falta de acesso à comunidade, má qualidade da saúde pública, maus tratos, trabalho escravo, entre outros.

“As questões levantadas pelos personagens da peça teatral são muito parecidas com as histórias vividas pelos nossos assistidos, por isso achamos que é uma excelente maneira de apresentar à sociedade o trabalho do Defensor Público e o que a Defensoria Pública pode fazer pela garantia dos direitos das pessoas”. Conclui Fabio Monteiro dos Santos, presidente da Adpeto.

PROGRAMAÇÃO

27/08 - Comunidade Córrego Fundo (Brejinho de Nazaré)

28/08 - Comunidades Malhadinha (Brejinho de Nazaré)

29/08 - Comunidade Morro São João (Santa Rosa do Tocantins)

25/09 - Comunidades Curralinho do Pontal e Manoel João - Brejinho de Nazaré - Jurisdição de Porto Nacional



Tribunal nega recurso da Norte Energia e confirma prazo de 90 dias para novos estudos de Belo Monte

SÍTIO CIMI, 25.08.2014

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou esta semana um recurso da Norte Energia e, com isso, confirmou decisão de março de 2014 que obriga a empresa a fazer correções nos estudos de impacto ambiental (Eia/Rima) da usina de Belo Monte. O prazo para o consórcio atender as obrigações é de 90 dias, sob pena de paralisação das obras e multa de R\$ 500 mil. O Tribunal ainda determinou que seja providenciada nova Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica pela Agência Nacional de Águas, tendo em vista que foi modificado o hidrograma de funcionamento da hidrelétrica.

No pedido, o MPF argumentava, entre outras coisas, que a licença prévia nº 342/2010 concedida pelo IBAMA é nula, já que teria sido expedida com base em estudos de impacto ambiental imprecisos. Uma das causas seria a pressa em conceder a licença e fazer o leilão ainda em 2010. "Apesar da realização das audiências públicas exigidas, as contribuições nelas arrecadadas foram completamente ignoradas e desprezadas", alertou o procurador regional da República Renato Brill, em parecer enviado ao Tribunal. Outro problema é que não houve consenso entre o próprio IBAMA e demais técnicos - inclusive técnicos que elaboraram o EIA/RIMA - de que os danos vão ser mitigados ou reduzidos.

No Eia/Rima apresentado pela Eletrobras e suas parceiras há o reconhecimento explícito sobre a mudança do modo de vida das populações indígenas e ribeirinhas que vivem na área com vazão diminuída. "Todos sabíamos que haveria uma drástica intervenção no modo de vida da população ribeirinha, o que já está ocorrendo, sem que houvesse medidas para prevenir e compensar todos esses impactos", diz Felício Pontes Jr, um dos responsáveis pelo caso.

Outro tópico acatado pela 5ª Turma do TRF1 foi a necessidade da emissão de nova Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, uma espécie de concessão feita pela Agência Nacional de Águas (ANA) com base nos dados do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Segundo o MPF, o documento expedido (Resolução nº 740/2009) deveria ter sido atualizado quando foi modificado o hidrograma de funcionamento da hidrelétrica.

Acórdão TRF1

Acompanhamento processual

Nº do processo: 0025999-75.2010.4.01.3900/PA

Confira o andamento de todos os processos do caso Belo Monte



Conselho Continental da Nação Guarani se fortalece na coletividade e organização tradicional dos povos indígenas

SÍTIO CIMI, 25.08.2014

Há quase uma década, vem se desenhando a consolidação do Conselho Continental do Povo Guarani (CCNAGUA) como uma ferramenta concreta de luta e sobrevivência dos diversos grupos Guarani espalhados por esta América gigante. O movimento teve seu embrião ainda em 2006, quando mais de mil indígenas de vários países latino americanos reuniram-se na cidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, para lembrar os 250 anos da morte do líder Guarani Sepé Tiaraju. Naquela época a mídia local anunciou que a pequena cidade, pilar do latifúndio gaúcho, tornara-se, durante o encontro indígena, a capital da luta agrária no Brasil.

Na atual conjuntura, de ataques abertos e declarados aos direitos dos povos originários e de intensa onda desenvolvimentista aplicada pelos governos latinos, é inegável que a luta dos povos indígenas se posta no horizonte como o grande entrave para o domínio absoluto do agronegócio, da expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias, e da exploração continental de jazidas e recursos naturais, sendo as organizações e lideranças indígenas, alvos centrais da ira e das investidas dos setores que compõem as elites do continente Sul Americano. No Brasil, por exemplo, os povos indígenas vivem um intenso período de desmonte de suas conquistas constitucionais e a tentativa de retaliação brutal de seus territórios tradicionais. Em tempos como este, a articulação continental destes povos se configura como uma necessidade de resistência física e cultural.

Junto a movimentação dos grupos que integram este imenso povo, os Encontros Continentais passaram a deslocar-se pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia, países que constituem a territorialidade Guarani e que passaram a compor o Conselho Continental. Com o tempo, bandeiras como o direito sobre os territórios ancestrais, possuídos, ocupados e/ou reclamados por Povos da Nação Guarani, o livre trânsito dos Povos Guarani transfronteiriços e o direito ao respeito e reconhecimento de suas culturas tornaram-se os grandes pilares do Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA).

Nos dias 20, 21 e 22 de agosto de 2014, em Assunção, capital paraguaia, mais de 30 representantes e lideranças dos povos Guarani Kaiowa, Pay tavyterã, Ava, Nhandeva, Mbya, Aché, Chane e Guarani ocidental protagonizaram um encontro de intensas discussões e reflexões a respeito da elaboração de um estatuto basilar para o Conselho Continental, cujo objetivo é ser um espaço de articulação política e de reivindicação de direitos junto aos Estados nacionais. No fim do encontro o CCNAGUA foi mais uma vez reafirmado e celebrado como forte instrumento da luta do povo Guarani.

Referendado dentro da cultura e modo de ser dos Guarani, o corpo executivo do CCNAGUA foi estruturado em 2010, no III Encontro Continental da Nação Guarani, realizado em Assunção – PY, como um grande conselho composto por representantes dos povos Guarani dos quatro países, tendo como sua instância máxima uma grande assembleia composta pelas bases e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 149 / 2014

Brasília, 26 de agosto de 2014.

pelas lideranças tradicionais do povo Guarani. Desta forma, alicerçado sobre os preceitos da coletividade, o Conselho Continental pretende levar a patamares continentais e instâncias oficiais a força da organização tradicional e originária dos povos indígenas.

Nas palavras da liderança Kaiowa Valdelice Veron “o povo indígena Guarani é um povo que vive e sempre viveu em coletividade. É por conta desta união que os povos Guarani ainda resistem e mantém viva a sua cultura. Com o conselho e a forma tradicional de se organizar, baseando-se em uma política própria dos povos indígenas, a nação Guarani está mostrando ao não indígena que se pode viver e construir o Nande Reko – Modo de ser e de viver dos Guarani”.

Com o avanço do CCNAGUA o Yvy Rupá, grande território Guarani foi novamente traçado no mapa, suas fronteiras se redesenham no coração de cada Guarani, de onde ele nunca foi apagado, e nas sombras do Conselho os passos deste povo gigante passam a trilhar estradas e caminhos comuns. Na defesa de seus direitos e na resistência do cotidiano nenhum Guarani caminha só, junto a cada um mora um continente e todo um povo o acompanha.



Indígenas realizam protesto em Tefé contra atendimento precário à saúde
SÍTIO CIMI, 25.08.2014

Por J. Rosha,
Cimi Norte I

Cerca de 200 indígenas de vários povos estão acampados em frente à sede do Distrito Sanitário Especial Indígena – Dsei, no Centro da cidade de Tefé (AM), em protesto contra as precárias condições no atendimento à saúde e pela exoneração do Coordenador local do Dsei, Narciso Cardoso Barbosa. Várias malocas foram construídas em frente ao prédio do órgão e as lideranças indígenas dizem que só sairão dali quando suas reivindicações forem atendidas.

Segundo os indígenas, a atenção à saúde se encontra em situação precária. Eles denunciam nepotismo no Dsei, desvio de função de profissionais, funcionários fantasmas que recebem diárias sem trabalhar, falta de transporte e infraestrutura nos polos base localizados em aldeias de 14 municípios do Médio Solimões e afluentes. “Falta recurso para compra de medicamentos e falta investimento para equipar os polos base que dão assistência às aldeias”, disse Mariano Kambeba, um dos organizadores do movimento e representante da União dos povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes – Unipi/MAS.

O coordenador do DSEI do Médio Solimões, Narciso Cardoso Barbosa, é apontado pelos indígenas como responsável pela situação precária em que se encontra o atendimento às aldeias. Eles dizem que falta transparência na aplicação dos recursos e de comunicação com os conselheiros locais de saúde. As lideranças do movimento já comunicaram ao coordenador da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em Brasília, Antônio Alves, de quem aguardam um posicionamento em relação à exigência de exoneração de Narciso Cardoso.

A mobilização dos indígenas começou na terça-feira da semana passada, 19, com a realização de passeatas pelas ruas de Tefé. Durante todos os dias eles mantiveram contato com o procurador da República, Eliabe Soares da Silva, a quem entregaram vários documentos. O representante do MPF disse aos indígenas que no prazo de 10 a 20 dias o órgão poderá se manifestar sobre o teor das denúncias.

Mariano Kambeba diz que a maior preocupação das comunidades é com o aumento de algumas doenças comuns nessa época do ano, como malária e verminoses. “A malária está aumentando agora em muitas aldeias. Nas localidades mais distantes, como Eirunepé e Carauari, fomos informados do aumento dos casos de tuberculose e isso é muito preocupante porque são doenças que podem ficar fora de controle levar à morte de muita gente como aconteceu no passado”, diz Mariano.

Da manifestação em Tefé participam indígenas Kambeba, Kokama, Kaixana, Tikuna, Miranha e Kanamari. O Dsei do Médio Solimões e Afluentes é responsável pelo atendimento a cerca de 20 mil indígenas em 14 municípios.

Manaus (AM), 25 de agosto de 2014.



Nota da COIAB sobre saúde indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.08.2014

A coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, COIAB, tendo tomado conhecimento da proposta do governo de criar o Instituto Nacional de Saúde Indígena, vem a público manifestar sua insatisfação diante desta iniciativa governamental que nada tem haver com todo esforço do movimento indígena dos últimos anos em discutir um sub sistema distrital de atenção a saúde indígena com autonomia administrativa e financeira.

Para viabilizar este modelo, pensado para valorizar as formas próprias de medicina e o controle social exercido pelas comunidades indígenas e suas organizações e garantir uma atenção a saúde de qualidade, após muita luta, finalmente foi criada a Secretaria de Saúde Indígena, SESAI.

Inexplicavelmente, em 04 anos de existência a SESAI não deu nenhum passo no sentido consolidar o subsistema de atenção a saúde indígena, desconsiderando por completo as reivindicações do movimento indígena de realização de um concurso público específico e da regulamentação das categorias profissionais indígenas como a do Agente Indígena de Saúde, AIS e do Agente Indígena de Saneamento, AISAN.

Usando o caos que se instalou na saúde indígena o governo de forma autoritária, encobrindo sua falta de vontade política e incompetência administrativa, tenta impor a privatização da saúde indígena. Sua estratégia é de forma rápida conseguir a adesão dos conselheiros indígenas, antes que estes tenham acesso a informações amplas a respeito do que significa esta nova política.

O fato desta proposta não ter sido ventilada em nenhum momento nas etapas da V Conferência Nacional de Saúde Indígena concluída em novembro do ano passado mostra que o governo tenta evitar de todas as formas que os povos indígenas manifestem a sua vontade de forma livre e informada como prevê a Convenção 169 da OIT.

Diante de todo o debate feito nos últimos anos no sentido da efetiva participação indígena na construção das políticas públicas voltadas para os seus povos é inaceitável imposição de um modelo privatizado de saúde indígena e sem controle social.

Alertamos os povos e organizações indígenas da Amazônia Brasileira sobre esta tentativa de imposição de um modelo de atenção a saúde absolutamente estranho e reafirmamos o compromisso da COIAB em continuar lutando pelos direitos coletivos e pelo bem viver de nossas comunidades.

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB.

Manaus – Amazonas, 25 de agosto de 2014.



Ibama concede licença de instalação para a Usina Hidrelétrica São Manoel
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.08.2014

Pedro Peduzzi – Repórter da Agência Brasil

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu a licença de instalação da Usina Hidrelétrica São Manoel, projetada no Rio Teles Pires, divisa entre Mato Grosso e Pará. A usina, licitada no ano passado, terá potência instalada de 700 megawatts (MW), com estimativa de operar com 400 MW médios de energia firme.

A licença, concedida no último dia 14 à Empresa de Energia São Manoel, é válida pelo período de quatro anos. Ela está condicionada ao cumprimento, durante o período de obras, de uma série de condicionantes previstas em planos e programas ambientais.

Entre as condicionantes estão a apresentação de plano de gestão ambiental, de plano ambiental de construção e de programas como o de acompanhamento das atividades minerárias; de monitoramento da estabilidade das encostas sujeitas a processos erosivos; de monitoramento das águas subterrâneas e de investigação de contaminação do solo por mercúrio.

As exigências também incluem programas de compensação ambiental; monitoramento da flora; recomposição vegetal; resgate e salvamento científico da fauna; educação ambiental; indenização e remanejamento; e monitoramento da atividade pesqueira.

Edição: Davi Oliveira.



Líder Ashaninka diz que novo grupo de índios isolados apareceu em aldeia do Acre
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.08.2014

Kátia Brasil, Amazônia Real

Os índios Ashaninka da aldeia Simpatia, o lugar onde ocorreu no final de junho o primeiro contato com povos isolados na fronteira do Acre com o Peru, registraram a presença de um novo grupo de indígenas de etnia ainda desconhecida na noite do último dia 18. Em entrevista por um telefone público da aldeia na última quarta-feira (20), o líder Ashaninka Fernando Kampa disse à agência Amazônia Real que o grupo andou pela aldeia e pelas roças, mas não se aproximou ou falou com alguma pessoa da aldeia.

Ele demonstrou preocupação com o surgimento do novo grupo de índios sem contato na aldeia Simpatia. "É um povo que parece está cistemado (acautelado). Estamos preocupados porque não sabemos se eles querem invadir a aldeia. Ou estão procurando os índios do contato. Nós estamos sós, a Funai não está aqui", afirmou o ashaninka Fernando Kampa.

A aldeia Simpatia dos ashaninka está situada na região da Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira. Além do "povo do rio Xinane", mais dois grupos de índios isolados foram avistados nos últimos 30 anos pelas equipes da Funai (Fundação Nacional do Índio) nesta região da fronteira do Acre com o Peru: o "povo da cabeceira do Riozinho" e "povo do Rio Humaitá". Há um quarto grupo de índios isolados que é denominado de Mashco-Piro, que vive em território peruano.

Procurada, a Funai disse que não comentaria sobre os relatos de Fernando Kampa a respeito da presença do novo grupo de índios isolados na aldeia Simpatia.

Fernando Kampa foi o indígena que no dia 29 de junho oficializou os primeiros diálogos do contato, inclusive filmado em vídeo, com os índios "do Xinane", que é o nome do do afluente do rio Envira, que banha a Terra Indígena Kampa.

Antes do contato, o "povo do rio Xinane" já aparecia em pequenos grupos na aldeia Simpatia desde o meados de junho, entrando nas roças em buscas de alimentos ou nas casas pegando panelas, machados e facões, o que chegou a assustar as mulheres e crianças ashaninka.

Com o contato, a Funai reabriu a base da Frente de Proteção Etnoambiental do rio Xinane, a cerca de duas horas de viagem de barco da aldeia Simpatia, entre os municípios de Feijó e Jordão.

Em entrevista publicada pela agência Amazônia Real, o coordenador-geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, Carlos Lisboa Travassos, alertou que haveria uma aproximação massiva do grupo indígena isolado na base da fundação do rio Xinane, o que exigirá, segundo ele, uma resposta do governo brasileiro na proteção da integridade física e cultural da etnia. A Funai também pediu ajuda ao Itamaraty para intermediar a participação do governo peruano nas ações.



Segundo a Funai, na base do Xinane agora vivem 24 índios do recente contato. Na aldeia Simpatia moram 70 ashaninka. Fernando Kampa diz que com os novos vizinhos, o cotidiano mudou na aldeia.

“Daqui da aldeia são duas horas de viagem até a base do Xinane. Na base estão morando 24 índios. Vou lá sempre e falo com eles sem problemas. No grupo tem homens, seis mulheres e oito crianças. Duas mulheres são novas e as outras aparentam de idade, mais de 40 anos. Tem uma mulher está grávida”, disse Fernando Kampa à agência Amazônia Real.

O líder da aldeia Simpatia afirma que todos na comunidade Ashaninka estão preocupados com uma possível escassez de comida já que o inverno se aproxima e os produtos das roças têm servido também ao “povo do rio Xinane”.

Nesses dois meses do primeiro contato, ele disse que percebe que o “povo rio Xinane” não quer voltar mais para a aldeia no território peruano, onde vive o restante da tribo.

“Eles dizem que estão brigando com outros povos. É por isso que apaceram aqui (na aldeia Simpatia). E vão morar na base do Xinane mesmo”, disse Fernando Kampa, que acredita que o novo grupo de índios isolados, que apareceu na aldeia ashaninka no dia 18 de agosto, tem uma relação não amistosa com os índios já contatados. “Acho que agora vai aparecer outros índios, como apareceu esse povo que está cismado, eles devem ter vindo procurar eles”.

A agência Amazônia Real entrevistou outro personagem decisivo para o contato com o “povo do rio Xinane”, o indígena Jaminawa, José Correia da Silva, 59 anos, o Tonumã. Ele, que é funcionário da Funai em Sena Madureira (AC), foi o intérprete dos primeiros diálogos entre os índios e servidores da fundação.

Zé Correia Tonumã, como é mais conhecido entre as lideranças indígenas, confirmou que o “povo do rio Xinane” não quer voltar para a aldeia no território peruano. “Pela forma que eu vi lá e pela conversa que eu tive lá, eles não vão voltar mais para a aldeia deles. De jeito nenhum. Eles têm uma briga interna com outros povos que falam a mesma língua e que vivem ao redor. É um problema interno e grande”, afirmou o intérprete Jaminawa.

O médico Douglas Rodrigues, do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), foi convidado pela Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) para colaborar com a assistência à saúde dos índios recém contatados do Xinane. Ele também confirmou que os índios relataram a existência de brigas internas e perseguições por não-indígenas.

“Eles (o povo do Xinane) estão, sim, com muito medo e disseram que há muito tempo vem procurando os ‘parentes’ no Envira para fugirem desse massacre em curso na região da fronteira. Relatam também muitas mortes por doenças como febre, tosse e diarreia. Ao que tudo indica, é um grupo de sobreviventes. Seu isolamento nada tem de voluntário, como dizem alguns documentos oficiais”, afirmou.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Elaíze Farias.



Na real: Índios do Xinane foram vacinados, mas continuam sob risco de contrair doenças

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.08.2014

Kátia Brasil, Amazônia Real

A agência Amazônia Real lança nesta segunda-feira (25) o espaço "Na Real". O espaço traz depoimentos dos personagens das reportagens de grande repercussão no site. A primeira narrativa é do médico Douglas Rodrigues, que participou do contato com o "povo do rio Xinane" no Estado do Acre. O médico revela que dos 24 índios que vivem agora na base da Funai (Fundação Nacional do Índio) na fronteira com o Peru, 22 foram vacinados, mas não estão totalmente imunizados, podendo ainda contrair várias doenças.

O médico Douglas Rodrigues é do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Ele coordena a Unidade de Saúde e Meio Ambiente, onde é desenvolvido há 49 anos o programa de extensão da universidade em saúde indígena Projeto Xingu. No Parque Indígena do Xingu, no norte do Estado do Mato Grosso. O projeto apoia o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) atendendo 16 etnias, algumas de contato recente. O Dsei é um órgão da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde.

POR DOUGLAS RODRIGUES

"Quando comecei a trabalhar com saúde indígena no Parque Indígena do Xingu, em 1981, a maioria das 16 etnias que ali viviam era de recente contato: Ikpeng, Kamaiurá, Yawalapiti, Kuikuro, Kalapalo, Wauja, Trumai, Yudjá, Kisêdjê, Metuktire, Panará, Matipu, Nafuquá e Kawaiwete. Os Panará, por exemplo, haviam sido contados em 1973 e transferidos para o Xingu em 1975. Desde então vêm sendo acompanhados pelo Projeto Xingu. Eu os acompanho até os dias de hoje. Estive também, a convite da Funai, no contato com os Zo'é, no Pará, entre 1988 e 1989. Nesse trabalho fizemos uma parceria como o Projeto Saúde e Alegria de Santarém (PA). A estrutura que foi montada persiste até hoje e, como a que foi montada no Xingu, pode servir de modelo para a situação atual de contato com o povo do Xinane.

Fomos convidados pela Sesai, com a anuência da Funai, para colaborarmos na assistência à saúde do grupo de indígenas que havia feito contato na aldeia Simpatia, no Alto Envira, em junho passado. Encontramos um grupo de cinco homens e duas mulheres, com idades entre 12 e 20 anos. Todos tinham adquirido infecção respiratória aguda, que não é a mesma coisa que gripe e sim de um resfriado comum, de menor gravidade. Todos foram tratados até ficarem curados e, portanto, sem possibilidade de transmissão da doença. Em seguida retornaram dizendo que iam trazer o restante do grupo, o que aconteceu há três semanas. Assim, no início de agosto, fomos novamente chamados pela Sesai para colaborar, desta vez, por conta da chegada de um grupo maior, que no total somavam, até o dia 16 passado, 24 pessoas.

CONT.



Examinei todas as pessoas individualmente, com auxílio do Dr. Rafael Sacramento, médico lotado no Dsei Ceará, da Sesai. São nove mulheres e 15 homens, com idades que variam entre 2 e 50 anos aproximadamente (as idades são presumidas já que não há registros de nascimento). Não detectamos nenhuma grávida entre as mulheres (pelo menos com uma gravidez detectável ao exame físico da região abdominal). Por razões óbvias, não fizemos exames ginecológicos nas mulheres.

A preocupação de José Correia (sobre a permanência dos índios na base da Funai) é correta. Quando saí do Xinane, há uma semana, o grupo estava derrubando um tabocal que fica bem em frente à base, dizendo que ali plantariam uma roça. Também ouvi conversas de fazerem uma casa grande um pouco mais abaixo, porém perto da base. Isso significa que talvez eles pretendam ficar por lá, pelo menos por um bom tempo. O risco de contágio (de doenças) vem de duas fontes principais:

1. Os indígenas que compartilham o território. Nesta última viagem recebi uma criança indígena, em estado grave, portadora de uma infecção respiratória aguda e, possivelmente, uma má-formação cardíaca. Tive que mantê-la na base, em tratamento, durante dois dias e três noites, até que fosse removida para um hospital em Cruzeiro do Sul, pelo helicóptero que trabalha para a Sesai. Os ashaninka da aldeia Simpatia (distante duas horas da base) e de outras aldeias Envira abaixo, relatam que ficam muito isolados e que equipes de saúde só chegam nas aldeias uma ou duas vezes ao ano, permanecendo por poucos dias. É de se esperar que, com uma equipe de saúde no Xinane, os vizinhos busquem socorro na base. E nós, profissionais de saúde, não temos como negar a assistência, é uma questão humanitária, ética. Eu penso que, se o acesso a serviços de saúde para o pessoal do entorno da Base do Xinane não melhorar significativamente, eles continuarão procurando socorro na base e, doentes, serão um foco de contágio permanente para o grupo de isolados. Isso seria o pior dos cenários e poderia acarretar em sérias consequências para a saúde do grupo. A Sesai deverá estabelecer, a curto prazo, um plano de trabalho para essa situação, cujo detalhamento deverá contemplar, preferencialmente, as ações nas comunidades do entorno. Os isolados, se assim permanecerem, não demandarão assistência.

2. Os trabalhadores da Funai e da Sesai, visitantes etc, que se alternam na Base do Xinane podem trazer consigo doenças contagiosas, em especial a gripe, que é, historicamente, a principal causa de morte entre indígenas de contato inicial. Sem contar a hepatite A, a malária, varicela etc. Essas pessoas precisam fazer uma quarentena e exames antes de entrarem em contato com os isolados.

A equipe da Frente de Proteção do Envira, da Funai, tem conversado com os indígenas diariamente, durante longos períodos, num processo lento de qualificação de informações, no qual os intérpretes e assessores indígenas como o José Correia são peças-chave. O quadro vai se alterando e, como compondo um imenso quebra-cabeças, os cenários vão se configurando. Existem outros grupos isolados na mesma região. A Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Funai tem essas informações há vários anos. Os indígenas recém contatados relatam que existem brigas entre eles. Relatam também que são constantemente perseguidos e mortos por brancos, numa reedição das "correries" tão comuns no início do século passado na região. Eles estão, sim, com muito medo e disseram que há muito tempo

CONT.



vem procurando os 'parentes' no Envira para fugirem desse massacre em curso na região da fronteira. Relatam também muitas mortes por doenças como febre, tosse e diarreia. Ao que tudo indica, é um grupo de sobreviventes. Seu isolamento nada tem de voluntário, como dizem alguns documentos oficiais.

Nós vacinamos 22 dos 24 indígenas que estavam na Base do Xinane. Vacinamos também todos os integrantes das equipes da Funai e Sesai. Não vacinamos contra a varíola, pois essa doença está erradicada. Quanto à poliomielite, optamos por vacinar em um segundo momento por conta das condições de saneamento da base, que ainda não tem um local adequado para o destino dos dejetos.

Quando se inicia a vacinação de um grupo de pessoas (adultos e crianças) nunca vacinados anteriormente, é necessário estabelecer um calendário vacinal que priorize as doenças mais importantes. O grupo foi, então, vacinado contra: sarampo, rubéola, caxumba, difteria, tétano, coqueluche (somente as crianças menores), varicela, hepatite A e hepatite B, hemophilus (provoca meningites somente as crianças menores), influenza (gripe) e HPV (mulheres maiores de 9 anos de idade). Não foram vacinados, desta vez, para febre amarela porque há contraindicação de administrar essa vacina simultaneamente à de sarampo. Optamos pelo sarampo por ter maior potencial epidêmico, que cursa geralmente com alta mortalidade. Também não foi possível vacinar contra o Pneumococo por falta de vacina específica. Quanto à vacina contra tuberculose, nosso planejamento inicial era fazer o teste de PPD (que indica se a pessoa teve contato com a doença) em todos antes de vaciná-los. Isso não foi possível fazer desta vez, por falta do PPD.

É importante entender que o grupo foi vacinado, porém as pessoas ainda não estão imunizadas. Isso porque algumas vacinas, como a hepatite B, o tétano, a difteria, a coqueluche entre outras, necessitam de pelo menos 3 doses com intervalo mínimo de 30 dias entre elas para que a pessoa fique imunizada. Pelo menos mais duas campanhas deverão ser feitas nos próximos meses, para que possamos afirmar que estão protegidos."

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Elaíze Farias.

Cacique que lutou pela criação do Parque do Xingu morre no HUB

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 25.08.2014

Morreu na madrugada de hoje (25/08), no Hospital Universitário de Brasília, o cacique e pajé Tacumã Kamayurá, 83 anos, vítima de acidente vascular cerebral



Morreu na madrugada de hoje (25/08), no Hospital Universitário de Brasília, o cacique e pajé Tacumã Kamayurá, 83 anos, vítima de acidente vascular cerebral. Ele estava internado havia dois meses. O líder indígena deixa esposa, cinco filhos e 38 netos. Entre os filhos, estão o pajé Mapuru e o cacique Cotoque.

Tacumã Kamayurá lutou pela criação do Parque Indígena do Xingu e pela integração dos povos indígenas, como o contato com os Trumai, Aiti, Matupi, Valrá etc..

Como cacique, ele designava filho, Cotoque, e mais recentemente, o neto, Auakamu Kamayurá, para representá-lo nos encontros e reuniões políticas. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), o corpo do pajé foi levado para a Terra Indígena do Xingu, onde ocorrerão as cerimônias fúnebres.

Entrevista: “Eles fazem parte da minha família Jaminawa”

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.08.2014



Kátia Brasil, Amazônia Real

O indígena Jaminawa, José Correia da Silva, o Tonumã, nasceu na aldeia dos Patos na reserva Mamoadate, no Acre, há 59 anos. Mas desde sua infância aprendeu com os índios mais velhos os dialetos do tronco da linguístico Pano, a mesma língua falada pelos Kaxinawá, Shawãnawa e também pelos recém contatos e denominados “povo do rio Xinane”. O conhecimento da língua levou Zé Correia Tonumã, como é mais conhecido pelas lideranças indígenas, a trabalhar com os sertanistas da Funai (Fundação Nacional do Índio) nos anos 70.

Atualmente, Zé Correia Tonumã é o coordenador da Funai no município de Sena Madureira (AC). No mês passado, ele foi chamado às pressas pela Coordenação de Índios Isolados para interpretar os diálogos com o “povo do Xinane” na aldeia Simpatia. Nesta entrevista exclusiva à agência Amazônia Real, ele afirma que o “povo do Xinane” é parente dos Jaminawa (escrito também Yaminawa e que significa “gente do machado”). “Todo povo Jaminawa vem do território peruano. Do tronco Pano são do território peruano. Eles são Jaminawa. Não sei como é quando vocês topam com alguém da família, mas para mim eles fazem parte da minha família Jaminawa. É a mesma coisa de você trabalhar em Manaus e chegar nos Estados Unidos e encontrar um parente lá, não tem diferença nenhuma”, disse na entrevista.

Amazônia Real – Por que o senhor foi chamado para ser um dos intérpretes do contato com o “povo do Xinane”?

CONT.



Zé Correia Tonumã – Por entender todas as línguas do tronco Pano, e por ter um trabalho nas frentes de proteção, desde que a Funai apareceu no Acre, em 1973, e me convidaram para participar do contato com os parentes (isolados) no posto da fronteira. Me disseram algumas palavras como “capiriba”, que é capivara (mamífero roedor) que os parentes falavam. Eu compreendi. Mas, primeiro, conversei com o meu povo, que é um povo grande, que vive tanto no Brasil como na Bolívia e no Peru, e falamos a mesma língua, somos Jaminawa.

Nós temos a nossa Organização Comunitária Agroextrativista Jaminawa (Ocaej), a nossa Organização do Povo Jaminawa do Rio Caeté. Nossa terra no Acre está nos municípios de Santa Rosa, Boca do Acre, Sena Madureira, Brasileia e Assis Brasil. Somos ao todo 1.300 pessoas no Brasil.

AR – O povo Jaminawa aceitou que o senhor participasse do contato?

Zé Correia Tonumã – Meu povo ficou com o pé atrás. Não é o nosso papel e, em nenhum momento, nós somos especializados em amansar índios. A gente tinha que pensar muito para não contribuir com a desgraça dos outros. Nós estamos aqui para defender os nossos parentes. Pensar primeiro se isso no futuro não vai prejudicar o nosso povo.

Pessoalmente convenci os outros que tínhamos que ir lá porque era importante. Porque as pessoas que estavam lá, por mais boa vontade que tivessem, não iam entender a língua. É a mesma coisa que um russo e um francês falando. Eles nunca iam chegar a conclusão. Então, por todo esse tempo trabalhando na Funai, eu achei importante dar minha contribuição.

AR – Quando senhor viajou para o Alto Envira?

Zé Correia Tonumã – Não estava lá no primeiro contato (dia 29 de junho) gravado em vídeo. Quando cheguei (por volta do dia 4 de julho) já tinha passado tudo isso. Fiquei primeiro dez dias. Depois retornei e fiquei mais 12 dias. Agora tem uma compreensão da língua deles. Nós descobrimos que eles pertencem à mesma raiz do nosso povo. Nossa participação está para dizer o que é ruim, o que é bom. O que pode acontecer amanhã. O que aconteceu com nós. Então essa troca é boa, é importante.

Agora, do ponto de vista do que diz a Constituição Federal, essa questão indígena não é meramente da Funai. É um direito e dever do Estado Brasileiro assistir integralmente eles em todos os parâmetros. Então, no meu ponto de vista nesse momento o Estado Brasileiro não está preparado. E a gente sente muito porque podemos perder muitos parentes ali.

AR – Quem não está preparado exatamente?

Zé Correia Tonumã – Então o que acontece é que a Funai não tem equipamento adequado, nem rádio, só tem um lá que funciona não sei como. Temos pessoas formadas, mas não são formadas na universidade indígena, é diferente. Eu acho importante quando a pessoa trabalha com a questão indígena, mas tem que ter treinamento, corretamente. Não estou dizendo que essas pessoas não são importantes, mas é preciso estar preparado para receber um pessoal.

CONT.



Outra coisa, a gente não é de ninguém. Jaminawa não tem dono. Não temos que nos importar para compreender essa sociedade. A sociedade é que tem que se virar para compreender eles. Dignamente para mais tarde não dizer que os índios são invasores.

Do mesmo jeito que tem um curso para indígena aprender o português, esse pessoal tem que começar a estudar a língua dos indígenas. Se está trabalhando com índios, não está trabalhando com americanos, nem franceses e nem com espanhol. Tem que ter estudado a língua, tem que ter treinado o indigenismo e aprender as línguas.

Eu como Jaminawa se não compreendesse você, eu não estaria passando essas informações. Então acho que precisa instrumentar pessoas que têm qualidades para essa área. Também dar estrutura básica. A qualquer momento pode acontecer uma emergência na mata e não tem como chamar um helicóptero. Como chamar? Para buscar um helicóptero da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) tem que fazer um documento na semana para buscar no fim do mês. Quando for buscar, o cara estará morto.

AR – Nesses 22 dias de convivência com o “povo do Xinane” o senhor descobriu por que eles fizeram o contato com os ashaninka?

Zé Correia Tonumã – Em primeiro lugar eles vieram atrás de armamento para se defenderem. Eles vieram disposto a matar ou morrer por esta razão. Pela informação que obtive deles, morreram muitos. Morreu muito gente na bala, mas não sabemos quem foram essas pessoas que fizeram isso. Mas eles não vieram simplesmente buscar machado e tegado não, eles vieram atrás de armas para se defenderem.

AR – Quando ocorreram esses ataques com mortes?

Zé Correia Tonumã – Pela forma que eles contam deve ter acontecido há quatro, três anos. Mas na forma como eles se expressam, eles estão preocupados em viver. Eles disseram que pegaram uma arma, não sei de quem, nem onde, mas foi para se armarem.

AR – O que o senhor descobriu sobre a origem desse povo?

Zé Correia Tonumã – O que eu posso dizer é que compreendi que o povo Jaminawa conhece eles, conhece a língua. Eles são da mesma família Jaminawa, têm a mesma tradição que temos, a mesma cultura que o nosso povo tem. A única coisa que eu vejo, é que tem que ter uma equipe boa que possa fazer um bom trabalho com eles. Uma equipe que não seja da Sesai porque esse planejamento da Sesai pra mim é só mesmo para comprar caixão para enterrar índio e não é isso que queremos.

AR – A Sesai já anunciou que os índios foram vacinados, isso não é o certo?

Zé Correia Tonumã – Acho que é correto. Mas, mais cedo ou mais tarde, sem querer querendo, essa ida de profissionais, e eu me incluo no meio, nós podemos levar doenças para eles. Se não estivermos preparados, a gente pode ser a porta para o extermínio deles. Minha preocupação é com a saúde e integridade física deles. A imagem deles me preocupa também.

CONT.



A única coisa que esses carinhos aprenderam na vida foi pegar nossos desenhos e o nosso nome para fazer propaganda. Então, eu acho que não é importante fazer propaganda de pessoas que estão aí inocentemente, acho isso um crime.

AR – O senhor não acha que passando o verão esse povo retorna à aldeia no Peru?

Zé Correia Tonumã – Pela forma que eu vi lá e pela conversa que eu tive lá, eles não vão voltar mais para a aldeia deles. De jeito nenhum. Eles têm uma briga interna com outros povos que falam a mesma língua e que vivem ao redor. É um problema interno e grande.

AR – O senhor disse que o “povo do Xinane” tem a mesma cultura jaminawa. Como assim?

Zé Correia Tonumã – Se eu disser uma coisa você não acredita. Todo povo Jaminawa vem do território peruano. Do tronco Pano. São do território peruano. Eles são Jaminawa. Não sei como é quando vocês topam com alguém da família, mas para mim eles fazem parte da minha família Jaminawa. É a mesma coisa de você trabalhar em Manaus e chegar nos Estados Unidos e encontrar um parente lá, não tem diferença nenhuma. É por isso que estamos preocupados, porque eles não estão preparados como nós estamos. Já fomos muito violados na nossa vida e até hoje vivemos numa situação difícil.

-

*A agência Amazônia Real procurou à Funai para comentar os questionamentos de José Correia Tonumã, mas segundo a assessoria de imprensa, a fundação não irá se posicionar por não ter participado dos diálogos citados com o líder Jaminawa.

No dia 14 de agosto, a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, participou de uma coletiva à imprensa na qual explicou as medidas tomadas com relação ao contato com o “povo de Xinane”. Ela destacou que desde a Constituição Federal de 1988 a política indigenista no Brasil é a da proteção e da promoção aos direitos dos povos indígenas, buscando a autonomia e a autodeterminação dos povos e garantindo a ocupação tradicional através da demarcação das terras pela Funai.

“A Funai tem uma larga experiência nessas situações tanto de contato que não estavam previstos quanto de proteção de grupos que optam por permanecer isolados. Essa experiência vem desde 1967, quando a fundação foi criada, e hoje conta com um grupo de profissionais altamente qualificados para fazer esse trabalho, que absorveram suas experiência muito em função dos ensinamentos de grandes sertanistas que passaram pela Funai, pessoas que dedicaram muitas vezes uma vida na convivência na floresta com povos contatados que vivem sobretudo na região da Amazônia”, disse Maria Augusta Assirati. Veja a íntegra da coletiva aqui.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Elaíze Farias.



Gestão incompetente e distritos sanitários sucateados: o descontrole social da saúde indígena no Brasil

SÍTIO CIMI, 26.08.2014

A proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), elaborada por técnicos do Ministério do Planejamento com a participação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da Saúde, reforça as mais de duas décadas de incompetência, má gestão e sucateamento da saúde indígena no Brasil. O descontrole social, sobretudo, faz com a legislação para o setor, criada no final da década de 1980 e longe de ter sido efetivada, seja mais uma vez desconsiderada com a ideia de uma paraestatal para promover a saúde indígena. Na foto, obra de saneamento às margens do rio Purus (AC): fossas e banheiros de ferro e concreto na umidade amazônica, sem dialogar com a cultura dos povos que ali vivem.

“Mesmo com toda a dificuldade e problemas, o Ministério da Saúde poderia pelo menos ter estruturado os DSEI’s (Distritos Especiais de Saúde Indígena), ou solicitado o concurso para o setor. Evidente que sem profissionais qualificados nos distritos não há como seguir a lei de licitações ou usar justificativas de que as regras da administração pública não se aplicam a realidade indígena”, destaca fonte do governo federal consultada pelo Cimi.

O concurso seria um mecanismo de qualificar o setor, diz a fonte. “Simplesmente não há interesse em fazer concurso público, pois é mais vantajoso sucatear o setor e terceirizar os serviços. Qual a justificativa para não se fazer concurso para essas áreas? Contratar ou não um pregoeiro, um administrador para atuar na sede destes distritos não implica em questões culturais indígenas ou em qualquer outra justificativa vazia que o governo use”.

Nas aldeias a situação estoura em mortes prematuras, muitas vezes por doenças de fácil tratamento. Além de não ter a assistência devida nos distritos, os agentes sanitários e de saúde indígenas, via de regra, não são submetidos ao processo de capacitação e tampouco a medicina tradicional é absorvida pelo sistema diferenciado de saúde indígena. Para enfermidades que tipicamente os povos chamam de “doença do branco”, e na maioria das vezes não conseguem a cura por tratamento próprio, os agentes não possuem medicamentos.

Enterrados no barranco

Entre janeiro e novembro de 2013, conforme dados da Sesai apresentados pelo Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas, do Cimi, 693 crianças indígenas de 0 a 5 anos morreram no país. A cada 100 indígenas mortos, 40 são crianças.

Diarreia e vômito, moléstias que matam dezenas de crianças, são no geral causadas pela falta de saneamento básico. Sobretudo em aldeias forçadas, pelo processo colonizador, a se deslocar do interior da floresta para as margens dos rios. Na frente de uma cova rasa onde foi enterrada uma criança de seu povo, às margens do Rio Envira, no Acre, Warenco Ashaninka (na foto) comenta a situação: “Nem sempre tem água boa. O rio enche também e toma as cacimbas. Então as crianças ficam com diarreia, vômito, febre”.

CONT.



O indígena explica que o jeito é levar o enfermo para posto da Sesai, no caso do Envira localizado no município de Feijó. Das aldeias do povo Ashaninka da parte alta do rio, já perto da fronteira com o Peru, a viagem de barco pode durar de cinco a oito dias indo de bubaia, ou seja, apenas com a força da correnteza. O trajeto é cumprido debaixo do sol quente ou das tempestades comuns ao bioma amazônico. No caso dos doentes mais vulneráveis e graves, o percurso torna-se a sentença de morte.

“Meu pai morreu assim. Depois para subir de volta à aldeia leva mais tempo, porque é contra a correnteza. Corpo começou a cheirar mal. Tivemos que enterrar num barranco. Isso me dói muito, porque meu pai não é cachorro. Depois o rio engoliu o barranco e levou o corpo do meu pai. Isso dói, viu”, conta Txate Ashaninka. Em algumas ocasiões, os ashaninka relatam que tiveram de enterrar em “barranco do branco” e sofreram represálias, além do túmulo improvisado acabar violado.

O DSEI local não possui embarcação rápida, as chamadas voadeiras, para atender as emergências. Muito menos uma base avançada no Envira. Quando faz a visita periódica às comunidades, composta ainda pelos madja e huni kui, a equipe de saúde precisa alugar um batelão, embarcação de maior porte e que possibilita a locomoção da estrutura de atendimento. “Muitos parentes vão para Feijó atrás de assistência e não conseguem. Digo que não é nem por causa dos funcionários que estão lá, mas porque eles não tem com o que trabalhar. Eu pergunto, porque isso a gente pelo menos pode: para onde vai o dinheiro?”, diz Txate.

Falta de regras e condutas

Falta de regras para a remoção de servidores também é apontada pela fonte do governo federal consultada pelo Cimi como ponto omissos nos argumentos dos gestores da saúde indígena. O resultado é que em locais mais afastados a permanência dos profissionais torna-se pouco provável. Falta de remuneração, estrutura e critérios de remoção influenciam de forma incisiva.

A problemática remonta o concurso do DSEI Yanomami, em Roraima, realizado em 1996, base dos argumentos governistas para a não realização do concurso público. “Talvez os argumentos sirvam para convencer quem nunca ouviu falar em administração pública”, afirma a fonte. A remuneração para médicos, à época, era de R\$ 500,00. São valores de quase 20 anos atrás, mas “já eram extremamente defasados. Não se contrata profissionais para áreas remotas oferecendo um salário baixo. Qualquer gestor sabe disso. Então esse concurso não pode ser tomado como referência”.

Sinais de ingerência e descontrole social, tal como confirma a fonte. “Argumentam que os profissionais (DSEI Yanomami) ficaram um tempo e depois se removeram. Como assim? Quem autorizou a remoção desses servidores? Por que não chamaram os próximos aprovados nos casos de vagas em aberto?”, questiona.

Relacionando a situação com outros serviços federais aplicados em regiões afastadas dos grandes centros, a fonte define que seria a mesma coisa caso a Polícia Federal de repente

CONT.



fizesse um convênio com ONG's para contratar policias em áreas de fronteira, ou se a Justiça Federal abrisse concurso para juízes oferecendo salários de R\$ 2 mil ou se essa mesma Justiça ficasse sem oficiais de justiça em municípios como Barcelos (AM) e Xapuri (AC) porque simplesmente pediram remoção e foram embora.

"Nunca o governo federal pensou em solucionar a questão na saúde indígena tal como outros órgãos fizeram. Se o problema é salário, é preciso ter uma remuneração compatível. Se o problema é fixação de profissionais, é preciso ter regras de movimentação interna. No Judiciário o servidor só consegue remoção quando há alguém pronto para assumir a vaga", destaca a fonte.

O governo federal, pontua, "nunca formulou" propostas para alterar a legislação de forma a acomodar as especificidades da saúde indígena. "É fácil dizer que o concurso público não se aplica a saúde indígena com base em argumentos descontextualizados. Nunca houve interesse por parte do governo de estruturar o setor. Houve o estudo para a criação da Sesai, em 2008 e 2009, mas não foi estudado quantos profissionais precisaria, em quais lugares, o que deveria mudar na legislação".

Por fim, a fonte reitera que o instituto não tem como foco a saúde indígena, mas apenas busca uma saída administrativa ao processo judicial impetrado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público Federal (MPF), que exige a realização do concurso público para a saúde indígena e já foi repactuado três vezes pela Sesai. Além disso, terceirizar o serviço com a conquista de mais de 300 cargos de confiança ao Ministério do Planejamento e outros 65 para a Sesai.



Marina e vice divergem sobre terra indígena e outros temas

SÍTIO JORNAL A TARDE, 26.08.2014

Unidos na chapa presidencial do PSB, Beto Albuquerque e Marina Silva têm demonstrado pontos de vistas divergentes. O deputado federal defendeu no parlamento projetos totalmente opostos às ideias de sua parceira de partido. Destacam-se: casamento gay, energia nuclear, demarcação de terras indígenas como atribuição do Congresso e a indústria do tabaco.

Em 2003, Albuquerque apoiou requerimento do deputado Sarney Filho (PV-MA) pedindo a realização de audiência pública na Câmara para discutir o "potencial técnico e econômico extraordinário a ser desenvolvido pelo Brasil na área nuclear" a partir de Angra 3. Marina refutou a energia nuclear na sua campanha de 2010. Ela voltou a confrontar a fonte energética em 2011, após o acidente na usina de Fukushima, no Japão, sugerindo um plebiscito sobre o tema. Segundo Marina, na ocasião, a "sensação de segurança e controle com essas usinas é uma ilusão".

Outro tema polêmico defendido por Albuquerque que se choca com a colega de chapa é a defesa da indústria do cigarro. Ele foi um dos deputados que assinaram, em 2003, requerimento de instituição de CPI para apurar o contrabando e falsificação de cigarros - reivindicação do setor tabagista. Albuquerque já reconheceu publicamente ter recebido doação de campanha de produtores de fumo do Rio Grande do Sul, Estado pelo qual cumpre o quarto mandato. Na contramão, Marina proibiu seu comitê de campanha de receber doações de qualquer elo da indústria tabagista.

Albuquerque também foi um dos deputados a apoiar quatro propostas de emenda constitucional sobre demarcação de terras indígenas. Em duas delas, subscreveu propostas de colegas repassando a demarcação de terras indígenas para "audiência das Assembleias Legislativas dos Estados em cujos territórios incidam". Em outras duas, defendeu que a demarcação deve se submeter ao Congresso. Em ambos os casos, a demarcação de reserva indígenas deixa de ser prerrogativa do Poder Executivo, como defende a bancada ruralista. Marina não assumiu ainda posicionamento claro sobre o tema nesta campanha. Em maio deste ano, conforme texto publicado em sua página no Facebook, a candidata se referiu à proposta que submete a demarcação ao Congresso como "ameaça aos direitos adquiridos pelos indígenas".

O vice de Marina também apoiou um projeto de decreto legislativo (PDC 276), proposto pelo deputado Adelor Vieira (PMDB-SC), em 2005, sugerindo a realização de plebiscito sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo. A presidenciável do PSB, contudo, reconhece o casamento como "sacramento", ou seja, um ato religioso. Marina afirmou, durante a campanha de 2010, que seria favorável à extensão dos "direitos civis" para casais homossexuais. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



Indígenas não correm risco de morte

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 26.08.2014

O quadro clínico das crianças da aldeia indígena do município de Tucuruí, sudeste paraense, que estão internadas no Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB), Belém, é estável. A informação foi confirmada pelo hospital na manhã desta terça-feira (26).

As crianças da aldeia Trocará, da etnia Assurini, que residem nas proximidades de Tucuruí, foram internadas após apresentarem sintomas semelhantes aos da gripe A, causada pelo vírus H1N1.

Ainda segundo a nota do Barros Barreto, o Laboratório Central do Estado do Pará (Lacen) já teria realizado exames na aldeia em Tucuruí e descartado doenças como H1N1 e outros dois vírus respiratórios. Foi descartada também a hipótese de Coqueluche.

(DOL, com informações da assessoria)



Conselho Continental da Nação Guarani se fortalece na coletividade e organização tradicional dos povos indígenas

SÍTIO CEDEFES, 26.08.2014

Há quase uma década, vem se desenhando a consolidação do Conselho Continental do Povo Guarani (CCNAGUA) como uma ferramenta concreta de luta e sobrevivência dos diversos grupos Guarani espalhados por esta América gigante. O movimento teve seu embrião ainda em 2006, quando mais de mil indígenas de vários países latino americanos reuniram-se na cidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, para lembrar os 250 anos da morte do líder Guarani Sepé Tiaraju. Naquela época a mídia local anunciou que a pequena cidade, pilar do latifúndio gaúcho, tornara-se, durante o encontro indígena, a capital da luta agrária no Brasil.

Na atual conjuntura, de ataques abertos e declarados aos direitos dos povos originários e de intensa onda desenvolvimentista aplicada pelos governos latinos, é inegável que a luta dos povos indígenas se posta no horizonte como o grande entrave para o domínio absoluto do agronegócio, da expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias, e da exploração continental de jazidas e recursos naturais, sendo as organizações e lideranças indígenas, alvos centrais da ira e das investidas dos setores que compõe as elites do continente Sul Americano. No Brasil, por exemplo, os povos indígenas vivem um intenso período de desmonte de suas conquistas constitucionais e a tentativa de retaliação brutal de seus territórios tradicionais. Em tempos como este, a articulação continental destes povos se configura como uma necessidade de resistência física e cultural.

Junto a movimentação dos grupos que integram este imenso povo, os Encontros Continentais passaram a deslocar-se pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia, países que constituem a territorialidade Guarani e que passaram a compor o Conselho Continental. Com o tempo, bandeiras como o direito sobre os territórios ancestrais, possuídos, ocupados e/ou reclamados por Povos da Nação Guarani, o livre trânsito dos Povos Guarani transfronteiriços e o direito ao respeito e reconhecimento de suas culturas tornaram-se os grandes pilares do Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA).

Nos dias 20, 21 e 22 de agosto de 2014, em Assunção, capital paraguaia, mais de 30 representantes e lideranças dos povos Guarani Kaiowa, Pay tavyterã, Ava, Nhandeva, Mbya, Aché, Chane e Guarani ocidental protagonizaram um encontro de intensas discussões e reflexões a respeito da elaboração de um estatuto basilar para o Conselho Continental, cujo objetivo é ser um espaço de articulação política e de reivindicação de direitos junto aos Estados nacionais. No fim do encontro o CCNAGUA foi mais uma vez reafirmado e celebrado como forte instrumento da luta do povo Guarani.

Referendado dentro da cultura e modo de ser dos Guarani, o corpo executivo do CCNAGUA foi estruturado em 2010, no III Encontro Continental da Nação Guarani, realizado em Assunção – PY, como um grande conselho composto por representantes dos povos Guarani dos quatro países, tendo como sua instancia máxima uma grande assembleia composta pelas bases e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 149 / 2014

Brasília, 26 de agosto de 2014.

pelas lideranças tradicionais do povo Guarani. Desta forma, alicerçado sobre os preceitos da coletividade, o Conselho Continental pretende levar a patamares continentais e instâncias oficiais a força da organização tradicional e originária dos povos indígenas.

Nas palavras da liderança Kaiowa Valdelice Veron “o povo indígena Guarani é um povo que vive e sempre viveu em coletividade. É por conta desta união que os povos Guarani ainda resistem e mantém viva a sua cultura. Com o conselho e a forma tradicional de se organizar, baseando-se em uma política própria dos povos indígenas, a nação Guarani está mostrando ao não indígena que se pode viver e construir o Nande Reko – Modo de ser e de viver dos Guarani”.

Com o avanço do CCNAGUA o Yvy Rupá, grande território Guarani foi novamente traçado no mapa, suas fronteiras se redesenham no coração de cada Guarani, de onde ele nunca foi apagado, e nas sombras do Conselho os passos deste povo gigante passam a trilhar estradas e caminhos comuns. Na defesa de seus direitos e na resistência do cotidiano nenhum Guarani caminha só, junto a cada um mora um continente e todo um povo o acompanha.

Fonte: Matias Benno, Cimi regional MS



Prefeitura leva serviços de limpeza e iluminação à comunidade indígena Vista Alegre
SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 26.08.2014

Mato, entulho, galhada, lixo e ruas escuras, faziam parte da comunidade indígena Vista Alegre. Desde a última terça-feira, 19, esse cenário está mudando. Uma ação conjunta desenvolvida pelas secretarias municipais de Gestão Ambiental e Obras e Urbanismo levou ações de limpeza e iluminação para toda a área.

No local estão sendo instaladas mais de cem lâmpadas em toda a rede elétrica. Além dos serviços de roço, varrição e capina, nas escolas, igrejas, postos de saúde e em toda a vila que abriga 123 famílias. O trabalho conta com o auxílio de máquinas como caminhão, trator e roçadeira. Quem ficou satisfeito com os trabalhos foi o segundo tuxaua, Cláudio de Souza. Morando há 30 anos no local, ele conta os problemas causados pela quantidade de lixo.

“Antes o mato tomava conta das ruas, nós sofriamos com a falta de segurança, porque era escuro. Por mais que a gente limpe, nunca fica igual ao serviço feito pela prefeitura. Quando as equipes começaram a trabalhar, o ambiente ficou bonito e mais seguro. Agora as famílias podem até passear a noite”, disse.

O caminho que dona Generosa Marcolino percorre para ir à igreja a noite está limpo e iluminado. Segundo ela o “rabudo”, uma espécie de índio bravo, que ronda a vila, e aparece em locais escuros, causando medo em suas netas, não vai mais aparecer.

“Quando começaram a iluminar aqui, eu fiquei feliz, agora posso ir à igreja com mais segurança e sentar em frente a minha casa. Minhas netas podem brincar a noite pelas redondezas, porque está tudo iluminado. O rabudo não vai mais aparecer por aqui”, brincou a indígena.

As ações estão previstas para terminar na próxima semana, e seguem para as áreas Campo Alegre e Darôra. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos nos bairros da capital e nas comunidades indígenas, com o intuito de melhorar a infraestrutura desses locais.

Portal da prefeitura de Boa Vista



Doença não identificada limita acesso à aldeia indígena no sudeste do PA

SÍTIO FOLHA DO BICO, 26.08.2014

O acesso à aldeia Trocará, localizada a 25 quilômetros de Tucuruí, no sudeste do Pará, está restrito aos profissionais de saúde que atuam no local. A medida foi tomada depois que 90 índios Assurini apresentaram sintomas de uma doença ainda não identificada, provocando a morte de três crianças.

“Está todo mundo preocupado. Ninguém sabe que tipo de doença está entrando na aldeia”, afirma o líder indígena Oliveira Assurini.

Outras cinco crianças foram transferidas para o Hospital Barros Barreto, em Belém. Três delas permanecem internadas, e duas receberam alta após passarem por exames.

“Não houve nem um problema que precisasse de outra intercorrência. As crianças estão bem”, assegurou Lindalva Correia, coordenadora substituta da Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai) no município.

Representantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) vieram de Brasília para auxiliar as equipes de médicos que estão tentando identificar a doença, que apresenta sintomas semelhantes aos de uma gripe forte. O Instituto Evandro Chagas, na capital paraense, recebeu amostras coletadas entre os Assurini. As análises ainda estão sendo feitas, mas já descartaram o vírus da gripe H1N1.

“Nesse momento, nós aguardamos o resultado desses exames, dessas coletas, para que a gente possa ter alguma confirmação”, disse Leone Rocha, coordenador do Distrito Sanitário Indígena de Saúde (Disei).

Os índios da aldeia foram encaminhados para Tucuruí para a realização de exames. “Até o momento são episódios restritos entre os Assurini”, declarou o Roberto Borges Jr, que integra a equipe de profissionais de saúde que acompanham o caso.

Mortes

Três crianças morreram recentemente na aldeia Trocará com sintomas semelhantes à gripe, segundo os médicos que fizeram o atendimento. Entre elas, um bebê de 4 meses. O corpo do bebê foi encaminhado para exame necroscópio no IML da capital.

Dos quase 500 indígenas da etnia que vivem na aldeia Trocará, 90 deles estão doentes e apresentam os mesmos sintomas de gripe que vitimou as crianças que morreram nos últimos dias em Tucuruí. (G1 PA).



Indígenas denunciam desmatamento e queimadas em aldeias cearenses

SÍTIO TV DIÁRIO, 26.08.2014

Nessa segunda-feira (25), representantes de 4 aldeias Tremembé reuniram-se com membros do Ibama. Os indígenas sentem-se ameaçados pela construção de grandes empreendimentos no local nas aldeias e também pelas famílias não-indígenas que moram na área. Eles cobram fiscalização para preservar as terras e pressionar a demarcação territorial.

O povo Tremembé reside nos municípios de Itapipoca, Acaraú, Itarema e está resistindo a ataques em suas aldeias. Neste mês, 5 barracas da tribo foram incendiadas.

O território em que vivem os índios está sendo disputado por especuladores estrangeiros que querem construir no local um complexo turístico. Outro problema são as famílias não-indígenas que também moram na área e desmatam a região.

As aldeias aguardam a demarcação oficial do território desde 2002. Apesar de ainda não existir a demarcação oficial do território indígena, a região já foi delimitada e qualquer desmatamento é considerado contra a lei e crime ambiental.

O Ibama é o órgão responsável pela fiscalização das áreas indígenas. Junto com o instituto, o Ministério Público e a Funai também têm responsabilidades na questão indígena.

*Com informações da repórter Branca Sobreira.



Dissertação traça perfil demográfico dos povos indígenas de MT

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, 26.08.2014

Estudante do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) defende dissertação de mestrado sobre aspectos demográficos dos povos indígenas no estado de Mato Grosso. A mestrande Lauren Logsdon apresentará seu trabalho na quinta-feira (28), às 14h, na sala 18 do Instituto de Saúde Coletiva, antigo CCBS III.

O estudo foi feito sobre a população indígena autodeclarada residente em Mato Grosso. A dissertação teve como objetivo o conhecimento acerca do perfil demográfico dos indígenas no Estado, para assim gerar subsídios e contribuir com o planejamento e as implementações de ações e políticas públicas de saúde voltadas para esta população.

Fazem parte da banca a professora orientadora Marina Atanaka dos Santos, do Instituto de Saúde Coletiva da UFMT, a professora Luciene Guimarães de Souza, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o professor João Henrique Gürtler Scatena, também do ISC, e o professor Emerson Soares Santos, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFMT.

Resumo

“Estudos que tratam de aspectos demográficos dos povos indígenas no Brasil vêm ocorrendo em maior número nos últimos anos. Observa-se que desde o descobrimento do Brasil até há pouco tempo houve uma diminuição do número de indígenas (depopulação). Porém os últimos censos mostram um crescimento desta população: em 1991 os indígenas representavam 0,2% dos brasileiros; em 2000 eram 0,43%; e em 2010 representavam 0,44%. Este estudo tem por objetivo analisar o perfil demográfico e a variação populacional dos indígenas residentes no estado de Mato Grosso com base nos censos demográficos e nos Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) para os anos de 2000 e 2010, pois estudos relacionados ao perfil demográfico e à variação da população indígena no Estado de Mato Grosso nessa década são pouco conhecidos. Este é um estudo epidemiológico, pautado em dados secundários, que compreendeu indígenas autodeclarados residentes em Mato Grosso. A fonte de dados utilizados foram os microdados dos censos de 2000 e 2010, o Sinasc e o SIM. Para descrição e análise dos dados foram utilizados os programas Microsoft Excel e Statistical Package for the Social Sciences – SPSS 15. A análise foi realizada em duas etapas: a primeira descritiva, identificando a população total segundo a composição etária e sexo; e na segunda etapa foi realizado o cálculo da taxa de crescimento populacional, taxa de natalidade e mortalidade, idade mediana, razão de sexo, proporção de idosos, índice de envelhecimento e razão de dependência dos indígenas de Mato Grosso para os anos de 2000 e 2010. Como resultados observou-se um incremento absoluto de 14.030 indivíduos. Estes apresentam distribuição bastante desigual quando observado a situação do domicílio. No ano de 2000 eram 74,83% da população vivendo em área rural, e em 2010 esse número aumentou para 83,96%. As pirâmides etárias dos indígenas para os anos estudados

CONT.



apresentaram um contorno compatível com o de população bastante jovem, com base larga que se estreita conforme aumenta a idade. O crescimento médio anual dos indígenas do estado foi de 4,0% ao ano, sendo de 5,21% na área rural e -0,58% na área urbana. Os indígenas apresentam idade mediana jovem, passando de 18 para 16 anos entre 2000 e 2010, na área rural a idade mediana passou de 16 para 14 anos e na área urbana passou de 28 para 30 anos. A taxa de natalidade aumentou de 16,09 para 18,71 nascimentos por mil residentes e a taxa de mortalidade aumentou de 2,35 para 5,25 óbitos por mil residentes. A razão de sexo passou de 108,13 para 101,47 (de 108,13 para 101,47 na área rural e de 100,38 para 90,67 na área urbana). A proporção de idosos (60 anos ou mais) diminuiu, passou de 7% para 6%; na área rural passou de 7% para 5%, e na área urbana passou de 8% para 11%. O índice de envelhecimento diminuiu, passando de 17,75 para 12,96 (redução de 14,77 para 10,34 na área rural e aumento de 35,09 para 49,58 na área urbana). A razão de dependência aumentou, passando de 96,18 para 111,73 (passou de 119,82 para 125,88 na área rural e 48,68 para 51,75 na urbana). Sendo assim, pode-se dizer que de uma maneira geral houve rejuvenescimento da população rural e envelhecimento da população urbana. Com este estudo pôde-se obter conhecimento acerca do perfil demográfico dos indígenas de Mato Grosso, para assim gerar subsídios e contribuir com planejamento e implementações de ações e políticas públicas de saúde voltadas a esta população."



Raul Carrion assegura reserva de vagas para negros e indígenas na UERGS

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA ALRS, 26.08.2014

Deputado estadual pelo PCdoB/RS aprova na Comissão de Constituição e Justiça projeto de lei que altera a Lei nº 11.646 de 10 de julho de 2001. A mesma autoriza a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, mas agora assegura aos negros e indígenas a reserva de vagas nos cursos de graduação da Universidade.

Na manhã desta terça-feira (26), o deputado estadual Raul Carrion (PCdoB/RS) aprovou em reunião da Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 154/2013 de sua autoria que busca assegurar a reserva de vagas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul aos negros, pardos, mestiços de ascendência africana e aos indígenas. O direito às cotas já vinha sendo reconhecido nos concursos públicos e nas Universidades públicas e com a edição da Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, esse direito passou a ser assegurado em todas as instituições federais de ensino superior e técnico.

Para Raul Carrion - visando garantir o direito de acesso dos negros na UERGS – desde 2007, com o PL nº 217, a pauta das cotas nesta Universidade é de suma importância, uma vez que, naquela época, a reserva de vagas era de apenas 13% aos negros (percentual dessa população do Estado que ficava “engessada” na porcentagem de vagas, já que hoje a população negra representa cerca de 15% de habitantes do Rio Grande do Sul). Após estudos, o parlamentar concluiu que seria melhor aglutinar as propostas e inseri-las na Lei nº 11.646 de 10 de julho de 2001 para assegurar amplos direitos aos cotistas da UERGS.

A proposição visa estabelecer uma reparação, ainda que mínima ao processo de exclusão escolar sofrido pelos povos negros e indígenas – que atinge seu pico nos cursos de graduação superior – e que causam as desigualdades étnicas, sociais e econômicas enfrentadas historicamente por estes povos. Carrion justifica que o sistema de reserva de vagas já demonstrou ser um procedimento eficaz para vencer estas desigualdades. Governos de todos os níveis reconhecem que a igualdade jurídica entre os indivíduos garantidas na Constituição Federal, por si só, ainda é insuficiente para superar o quadro de disparidade racial no Brasil, por isso, a adoção de políticas afirmativas, que possibilitem o acesso as populações discriminadas à cidadania é tão significativa.

Encerrada a sessão, Raul Carrion comemorou a primeira vitória: “Estão de parabéns a Assembleia Legislativa e a sociedade gaúcha pela aprovação na Comissão de Constituição e Justiça de cotas para negros, pardos e indígenas no ingresso na UERGS, que serão incluídas dentro da cota social de 50%, já existentes. Com isso, a nossa Universidade Estadual se equipara as demais Universidades públicas garantindo os direitos fundamentais”.